



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 08/2014

Ao vigésimo nono dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente **Alexandre Hermínio Drago Madeira, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, António José Cardoso Gomes, João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, Marco Aurélio Vilanova do Ó, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 18 de Dezembro de 2014, reuniu em sessão ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** A 1ª Secretária procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: pela bancada da CDU **António Filipe Parra Martins** foi substituído por **Marco Aurélio Vilanova do Ó** e **Margarida Rosa Molarinho Brito Simão** foi substituída por **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, pela bancada do PSD **Luis Miguel Guerreiro Romão** foi substituído por **João Carlos Guerreiro Miguel Pereira** e **Maria da Conceição Freitas Granado** substituída por **António José Cardoso Gomes**. -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o **Presidente** declarou aberta a sessão.-----

*[Handwritten signature]*

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;** - O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia e informou da recepção do novo parecer da DGAL relativo ao Orçamento Municipal para o ano de 2015, parecer enviado hoje por correio electrónico às diversas bancadas e anexado ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos. Informou ainda que deram entrada em tempo útil duas moções da CDU, enviadas também aos diversos membros da Assembleia, sendo as mesmas incluídas na Ordem do Dia passando a constituir os pontos 14 e 15 e passando o ponto 14 para o ponto 16. -----

O ponto 8 foi retirado da Ordem de Trabalhos tendo em conta que o Quadro Plurianual já se encontra inserido no orçamento a apresentar nesta Assembleia. -----

Informou ainda que o ponto 9 será apenas para conhecimento e não para decisão, sendo a sua designação alterada em conformidade.-----

**Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** interveio para pedir um voto de pesar pelo falecimento de **Arnaldo Pereira Rodrigues**. **António Manuel Cipriano Cabrita** propôs também um voto de pesar pelo falecimento de **Valdemar Dionísio Parra**. Estes dois votos de pesar foram aprovados por **UNANIMIDADE** e foi feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos. Interveio ainda **Maria do Rosário Papafina Proença** que enalteceu o trabalho de Arnaldo Pereira Rodrigues enquanto seu colega a lecionar na Escola Secundária local.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia** perguntou de se havia inscrições para o período de Antes da Ordem do Dia, interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** que afirmou que gostaria que esta Assembleia se tivesse realizado às 18h30 e apresentou o desagrado da bancada do PSD por não haver consenso no horário proposto. -----

**Ricardo José Madeira Cipriano** disse que, a bancada do PS, desconhecia a situação e que não haveria inconveniente na mudança de horário. Referiu igualmente a questão de uma multa ao Município de Vila Real de Santo António a propósito do saneamento básico, sobre a qual o PSD local fez uma nota de imprensa à qual o PS respondeu e frisou que existem ainda questões por esclarecer. Disse ainda que os Vereadores do PS na Câmara Municipal já solicitaram o documento do processo de multa e reiterou este pedido em Assembleia Municipal. Sugeriu entretanto a constituição, por parte da Assembleia, de uma comissão de análise do processo de multa por parte da União Europeia ao Município de Vila Real de Santo António. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** colocou duas questões. Sobre o processo Vilaleaving afirmou já ter abordado este assunto numa das primeiras Assembleias do ano de 2014 ao que o


  
2

Presidente da Câmara Municipal teria respondido que a parte do terreno em causa estaria prestes a voltar a ser propriedade da autarquia e perguntou: *"Estamos no final do ano e o processo mantém-se. O terreno, à data de hoje, com o artigo 8455, corresponde a uma parcela de 1278 m2 que foi cedida pelo Município de Vila Real de Santo António continua em nome da Vilaleaving"*. Sobre a recuperação da totalidade das transferências do Orçamento de Estado disse: *"Houve uma newsletter no município, datada de 27 de Outubro, que refere que o Município teria recuperado a totalidade das transferências do Orçamento de Estado. O que é facto é que li, num jornal de economia, no dia 12 de Novembro, que o Governo teria verbas de 54 Municípios para pagar a fornecedores e na continuidade do texto aparece uma menção ao concelho de Vila Real de Santo António nos seguintes termos: «Algumas câmaras incumprem apenas num destes critérios como é o caso da de Portimão ...há outras que não respeitam nenhuma das duas obrigações legais. É o caso do Cartaxo, Vila Real de Santo António e Chaves». Não havendo nenhum desmentido por parte da autarquia, não sabemos quem tem razão – a Câmara ou as notícias emanadas pelo jornal"*. -----

**José Manuel Modesto Dourado** afirmou que enquanto membro eleito do Bloco de Esquerda não teve conhecimento da possibilidade de fazer a Assembleia Municipal às 18h30.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o regimento não prevê a situação de alteração do horário de realização da Assembleia Municipal mas que, no seguimento de contactos efetuados por alguns membros considerou razoável alterar o horário tendo em conta o período do ano de realização desta reunião e o número de pontos da Ordem de Trabalhos. Disse ter concordado desde que houvesse unanimidade das bancadas e informou: *"Com toda a legitimidade, o elemento da CDU entendeu que a mudança de horário poderia pôr em causa a participação do público. Não havendo unanimidade neste propósito, já não houve contacto com as bancadas do PS e do BE."* Quanto à proposta feita por **Ricardo José Madeira Cipriano** disse: *"A mesa ponderará a mesma e posteriormente proceder-se-á a uma reunião com representantes das bancadas de forma a ser elaborado um documento sobre o assunto a solicitar os documentos à Câmara Municipal"*. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** afirmou que as populações, quando elegem os representantes locais, é para servi-las e ao concelho e que, nesse sentido, deve essa gestão ser feita com total transparência. Citou a lei que define as competências da Assembleia Municipal e recordou que ainda não tem resposta aos três requerimentos que foram apresentados à Mesa da Assembleia, em Fevereiro, Junho e Outubro – um sobre as



deslocações do **Presidente da Câmara Municipal**, a solicitar uma explicação para as suas ausências nas reuniões de câmara, acrescentando: *"Isto faz-me lembrar o seguinte – que nos anos 40 e 50 do século passado é que havia autoritarismo, submissão, fome, miséria, desemprego e eu começo a ver isto em Vila Real de Santo António e com uma agravante que é o brutal endividamento que esta Câmara criou desde 2005. Eu sei que a Lei em Portugal não é para cumprir mas deve-se fazer um esforço"*. Referiu-se ainda a uma questão que apresentou numa reunião de Assembleia anterior, sobre um processo de obras em Monte Gordo, num prédio, onde disse haver sete pisos e só poderem existir quatro e, à resposta do **Presidente da Câmara Municipal**, que naquela ocasião mencionou que o prédio contíguo teria o mesmo número de pisos e acrescentou: *"O Senhor Presidente foi muito mal informado. Nenhum dos contíguos tem sete pisos, portanto agradecia que se informasse bem antes de responder a qualquer membro da Assembleia"*.-----

Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este declarou que regista o atestado de desconfiança de **Luis Fernandes** já que todas as ausências nas reuniões de câmara são justificadas e registam a aprovação das bancadas e acrescentou: *"Quanto ao edifício que o deputado refere, não percebeu a explicação. O que eu disse é que há no quarteirão edifícios que têm cérceas superiores e que a poucos metros existe um com cércea superior aprovada pelo PS. Pedi dois pareceres jurídicos – um ao professor Paulo Correia que foi até há pouco tempo Director Geral do Território, catedrático em urbanismo e o outro à Dra. Isabel Abalada de Matos, advogada, responsável pelo PROTALGARVE. Os dois pareceres dizem que se o Município não licenciasse aquele edifício nos termos em que o fez, estaria a violar o PDM e a violar a constituição e o princípio da igualdade"*. Relativamente à questão colocada por **Rui Setúbal**, quanto ao apuramento do endividamento municipal entre 2012/2013, esclareceu que o Secretário de Estado da Administração Local deliberou suspender a redução das verbas do Estado pelo incumprimento do endividamento líquido em 2011/2012 e prontificou-se a fornecer aos interessados o ofício com a resposta da Câmara Municipal. Relativamente à Vilaleaving informou que o terreno tem duas parcelas - uma das parcelas em nome da autarquia e outra que, aquando do contrato público, ficou em nome da Vilaleaving e que não se tendo conseguido notificar todos os sócios da empresa, a Câmara Municipal intercedeu uma acção de reversão judicial para reaver o terreno. Em relação à multa disse que a autarquia não recebeu nenhuma notificação, que a multa é ao Estado Português no valor de quatro milhões de euros por infracção e drenagem dos esgotos que acontece em dois pontos do país, Vila Real de Santo António e Matosinhos e

*mmw*  
4 *13*



acrescentou: *"Lamentavelmente, é um facto que a Câmara Municipal tem tido custos adicionais das empreitadas para resolver problemas que têm a ver com obras que já deveriam ter sido feitas como deve ser. Existe uma ETAR debaixo de terra na zona Norte de Vila Real, caixas de esgoto com entulho e pedra, sinais de trânsito dentro dos tubos da canalização e resolver estas situações significa vários milhões de alterações".* -----

**Ricardo José Madeira Cipriano** dirigiu-se ao **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que quem começou esta gincana política não foi o Partido Socialista mas sim o PSD de Vila Real de Santo António que acusou o PS de ser o responsável pela multa que está a decorrer e acrescentou que com a criação da comissão, o objectivo do PS é analisar a situação e chegar a um relatório final. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** afirmou que a resposta do **Presidente da Câmara Municipal** relativamente ao Vilaleaving está de acordo com a análise do relatório. Relativamente à questão da DGAL disse: *"Agora que recebi a carta percebi a diferença. A notícia é sobre 2013 e a carta da DGAL respeita aos anos de 2011 e 2012 pelo que fica justificada a situação, o Sr. Presidente tem razão e eu também não deixo de ter."* -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** regozijou-se pelo entendimento actual entre os Estados Unidos e Cuba e acrescentou achar este entendimento extremamente interessante pelo que representa para a relação entre os dois povos e para a própria paz mundial. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** referiu-se aos comentários de **Luis Fernandes** sobre as faltas do **Presidente da Câmara Municipal** às reuniões da mesma e disse que as faltas e respetivas substituições têm apenas de ser anunciadas, à semelhança do que se faz na Assembleia Municipal, sem ser necessário referir o motivo da ausência. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** declarou não concordar com essa afirmação e explicou: *"Eu não tenho vencimento mensal como o Sr. Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara só pode ser substituído em algumas situações, se for substituído e estiver ao serviço da autarquia há irregularidades naquela sessão de câmara. Nas actas da Câmara Municipal não aparece o motivo da ausência do Presidente e eu quero saber porquê, é um direito que me assiste."* -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a notificação que deu da DGAL foi a última que recebeu e acrescentou: *"Não tenho nenhum problema em dizer onde estou*

*quando não compareço às reuniões de câmara. As justificações devem ser respeitadas e é isso que a Câmara Municipal faz em relação a todas elas.”-----*

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto: **1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** e deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente de duas moções aprovadas por maioria na Assembleia Intermunicipal da AMAL – “Caos no arranque do ano letivo confirma más decisões do Governo” e “Orçamento de Estado para 2015 não contribui para afirmar o Algarve”, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas.-----

Foram ainda distribuídas pelas bancadas cópias de processos remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia para conhecimento, nomeadamente: -----

1. *RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;*-----

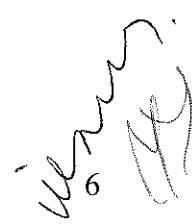
2. *INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM JUNHO DE 2014 DA VRSA,SGU.*-----

**2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 01 E 02 DO ANO DE 2014;** - Neste ponto interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** para apresentar algumas correções às ATAS em análise. Tendo em conta que as mesmas poderão conter algumas incorrecções foram retiradas e serão, após as devidas rectificações, trazidas à próxima Assembleia Municipal. ----  
Interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** para dizer que é necessário encontrar outra forma de aprovar as Actas para que a aprovação das mesmas não passe para a reunião seguinte. -----

**Ricardo José Madeira Cipriano** informou que falta unicamente juntar às Actas as declarações de voto que foram ditadas e que assim as mesmas poderão ser aprovadas. -----

Perante esta situação, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o secretariado da Assembleia passará a enviar as Actas, sempre que estiverem prontas, para as quatro bancadas de forma a que, com o devido tempo, se façam as alterações necessárias. -----

**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2015;** - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 29 de Outubro, com as abstenções dos **Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz**. Registou-se a intervenção de **José Manuel Modesto Dourado** que comunicou a abstenção do Bloco de Esquerda neste ponto e





acrescentou: *"Felizmente não haverá despedimentos como é sugerido por alguns documentos da DGAL que recomendam ao executivo cortar a despesa com o pessoal."*

Comunicou ainda que o Bloco de Esquerda enviou um requerimento à Assembleia Municipal a solicitar informação sobre o número de trabalhadores que se encontram em regime de Contratos de Inserção e quais as funções que lhes são atribuídas de momento. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas do **BE, CDU e PS**. -----

**4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015;** - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em Reunião de Câmara de 12 de Dezembro, com os votos contra dos **Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz**. -----

Apresentada a proposta pelo **Presidente da Assembleia Municipal** interveio **José Manuel Modesto Dourado** para referir que este orçamento significa a continuidade das restrições e da máxima austeridade imposta pelo Programa de Apoio a que o Município está sujeito e já contempla outro empréstimo ao Fundo de Apoio Municipal. Disse ainda que chegou hoje ao conhecimento dos membros da Assembleia Municipal um parecer técnico da DGAL em que é efetuada uma crítica ao Município por não estar a observar um conjunto de regras como a regra do equilíbrio orçamental exigindo à autarquia que nos próximos anos maximize as receitas e minimize as despesas. Solicitou ainda um comentário à afirmação da DGAL de que o orçamento municipal apresentado é de um otimismo excessivo.-----

**Ricardo José Madeira Cipriano** disse: *"Em 2014 o PS absteve-se na votação porque entendeu que naquela altura estava em causa um Plano de Apoio à Economia Local e o Plano de Reequilíbrio Financeiro que era a "tábua de salvação" não só do Município mas também de muitas empresas e da economia local. Actualizada a execução do orçamento e o orçamento para 2015, chegamos à conclusão que este orçamento aumenta a exposição bancária através do FAM. Deste orçamento, cerca de 10 milhões da receita prevista, diz respeito a taxas directas à população – IVA,IMI, IUC, Protecção Civil, apreciação de projectos e cerca de 800.000€ de um incremento sobre os componentes da factura da água. A acrescentar há uma previsão da receita de 1,2 milhões com o estacionamento tarifado. Na despesa, prevê-se gastar 1,7 milhões de euros com arrendamento e 575 mil euros para estudos e pareceres. Em 2014, a despesa com contratos de prestações de serviços e seminários e exposições já ascende a 1 milhão e 200 mil euros o que me parece excessivo nos tempos em que vivemos apesar de compreender que estas situações fazem parte daquilo que são as competências da*



*câmara. É caso para perguntar onde está o controlo efectivo da despesa. Sobre o orçamento da SGU temos de ressaltar pela positiva o facto de este vir pela primeira vez com o orçamento da Câmara Municipal. Continua-se a gastar mais do que aquilo que são as nossas possibilidades. O PS não pode voltar a dar um voto de confiança como deu o ano passado e vai votar contra.”-----*

**Rui João Gutierrez Setúbal** mencionou que no total deste orçamento municipal, para além do montante que se vai retirar à população em taxas directas, 7,1 milhões são encargos que o município vai ter com o passivo financeiro. Sobre a despesa fez ainda referência às verbas previstas para ferramentas e outros utensílios, à verba de 7560 euros para livros e documentação, ao valor de 4 milhões e 69 mil euros para outros bens e a 1 milhão e 475 mil euros para outros serviços e acrescentou: *“Somadas as duas rubricas não especificadas são 42% do orçamento que não está alocado a nenhuma rubrica. Não encontrei a verba da acção social e gostaria que me dissessem qual é.”* Sobre o parecer do ROC quanto ao Plano de Investimentos e ao orçamento da SGU disse: *“Constato que no orçamento de 24.600 milhões existem 10 milhões que estão pendentes da existência ou não de financiamento e que existe uma previsão de acréscimo de receitas, nomeadamente 720 mil euros cobrados a mais na factura da água e 100 mil euros que vão ser cobrados a partir da diminuição dos descontos que estão protocolados com o pequeno comércio e serviços em Vila Real de Santo António o que significa que estes comerciantes vão deixar de ter esse benefício.”-----*

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** perguntou se, tendo em conta este comunicado da DGAL, o orçamento a ser votado sofreu as devidas alterações.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que existe um primeiro parecer da DGAL, emitido no início de Dezembro, uma alteração ao orçamento na sequência desse parecer e que o parecer final enviado hoje deve acompanhar o orçamento, não sendo impeditivo da sua aprovação mas sim um alerta para certas questões.-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** apontou algumas questões relacionadas com o orçamento, nomeadamente a alteração dos valores considerados, com a saída da terceira tranche do PAEL e acrescentou: *“Neste orçamento não aparece o FAM. Esta questão do FAM já foi colocada numa Assembleia anterior e o Presidente disse que não iria recorrer a este apoio”.* Frisou ser notório o endividamento que a autarquia tem sofrido nos últimos anos e disse: *“Penso que as Câmaras Municipais têm que criar receitas para fazer face às despesas e não depender só dos valores transferidos pelo Estado. A Câmara pode estar já num processo de pré-falência, tendo em conta os empréstimos contraídos”.* -----

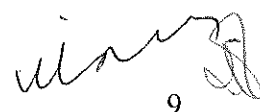
*Wm 8*



**António Manuel Cipriano Cabrita** declarou que este é o orçamento possível sem esconder a situação actual e disse ser necessário ter em consideração que um reequilíbrio financeiro não se faz num ano. Acrescentou que nem tudo é mau tendo em conta que não há nenhuma projecção de receitas e despesas que não tenha oscilações, que decorreu mais de um ano entre a intenção de aderir ao PAEL e a data da sua concretização, que a DGAL deixou aprovar o orçamento e que o Município continua a definir as suas políticas de apoio social e a ajudar muitas pessoas e, opinou: *“Se for necessário recorrer ao FAM e se isso significar a resposta aos problemas financeiros, recorreremos a essa ajuda. A política é tomar decisões, fazer opções. Para quem está no poder nem sempre é fácil fazer previsões e governar. Votamos favoravelmente o orçamento porque acreditamos que até ao fim deste mandato conseguiremos normalizar a realidade financeira do Município.”*-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse pretender acrescentar o seguinte *“Se fizermos uma retrospectiva dos últimos anos, a autarquia faz muitos investimentos. A quebra de receitas e a crise imobiliária veio ter um impacto muito forte nas contas do município, nas empresas e nas famílias. O acréscimo de encargos foi grande no período em que decorreu a aprovação do PAEL. O esforço feito pela autarquia nestes tempos tem sido grande.”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: *“Assinalo o registo crítico da suposta esquerda porque aqueles que tiveram oportunidade de estar no poder desta câmara em nada demonstraram a espinha dorsal daquilo que seria uma esquerda e as palavras proferidas são contraditórias.”* A **José Dourado** disse que o endividamento baixou 10% nos últimos anos e que não vai efetivamente haver despedimentos. Quanto à questão do equilíbrio orçamental afirmou que poderia ser feito de uma forma fácil que seria acabar com as horas extraordinárias, os subsídios de turno, conforme as indicações previstas na DGAL mas a opção foi outra e acrescentou: *“Quando chegámos à Câmara Municipal havia trabalhadores com milhares de euros por receber de horas extraordinárias que não recebiam há anos e nós pagámos tal como iremos fazer sempre que se justifique a execução de horas extraordinárias. É um direito que assiste aos trabalhadores, se trabalham têm de receber.”* Mencionou as obras efectuadas nos últimos nove anos, no valor de 80 milhões de euros onde estão incluídas obras da anterior legislatura como a Biblioteca ou as Piscinas Municipais, pagas integralmente por este executivo. Referiu-se à redução de 60% da receita e à continuidade do reforço nas políticas sociais e frisou: *“Esperamos equilibrar as contas do Município até ao final de 2015. A política é como tudo na vida – é preciso saber esperar, julgar os momentos, avaliar os meios e tirar as*



ilacções sempre com humildade, moderação e simplicidade. O trabalho de toda a rede de infraestruturas que está a ser executado pela SGU é pioneiro a nível do Sul do país. Em relação às questões apontadas por **Ricardo Cipriano** disse que gostaria de desmistificar algumas questões e explicou que os serviços contabilísticos agregam os seminários e exposições numa só rubrica quando deveriam ter uma desagregação e acrescentou: *"A Assembleia serve precisamente para esclarecer estas questões. A verba constante no orçamento da SGU para o alojamento a céu aberto é uma verba do Jéssica para a reabilitação do Hotel Guadiana. Não está previsto para 2015 qualquer aumento dos valores da água."* A **Vanda Fernandes** afirmou que no seu discurso propôs aumento da receita mas que a CDU ainda não apresentou nenhuma proposta para gerar receitas. Garantiu que o Secretário de Estado esteve no concelho, ficou bastante entusiasmado com os prazos das obras de saneamento básico que estão a decorrer, informou ainda que no final de Maio acabará a dragagem de esgotos para o Guadiana. Disse ainda que é importante resolver o problema a montante com a colocação dos esgotos em Cacela, com a rede separativa em Monte Gordo e os esgotos e rede separativa na Aldeia Nova e nas Hortas e assegurou: *"Cada obra destas orça em três milhões de euros e grande parte deste valor não teve financiamento comunitário"*. Referiu alguns exemplos de locais onde não foram asseguradas todas as necessidades relativas ao bom funcionamento dos esgotos e da necessidade das obras serem efectuadas actualmente. Referiu-se à verba da acção social que não se encontra inserida numa rubrica concreta mas que ascende a um milhão de euros. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que, tendo em conta o adiantado da hora e os pontos restantes da Ordem de Trabalhos, cada bancada teria direito a um minuto para terminar o debate deste assunto. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** afirmou que a sua intervenção anterior teve um aspecto essencialmente técnico e de gestão, e acrescentou: *O Sr. Presidente não pode dizer que esta é uma posição de direita porque aqui apenas há a defesa dos interesses da população que, com a política praticada, tem sido prejudicada."*-----

**Rui João Gutierres Setúbal** alertou que não foi explicada a verba da rubrica "outros" e a questão dos parques de estacionamento e a receita aí consignada. Referiu-se ainda ao facto de na fachada do Hotel Guadiana ainda se encontrar a placa de venda do mesmo. Quanto à questão do aumento da água disse: *"O relatório do ROC fala sobre o acréscimo dos volumes de água facturados e a sua distribuição pelos diferentes escalões"*. -----

10

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros das bancadas do **BE, CDU e PS**. -----

Foram lidas e entregues declarações de voto das bancadas do **BE** e do **PS**. A **CDU** entregou declaração de voto.-----

**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta apresentada em

reunião de câmara pelo **Vereador João Sol Pereira** e aprovada por **MAIORIA** por aquele órgão com as abstenções dos **Vereadores Luís Salas, José Barão e José Cruz**. -----

Pediu a palavra **Luís Manuel da Rosa Fernandes** para dizer o seguinte: *"Quando foi do projecto aprovado, levantei a questão da necessidade urgente de se poder regulamentar e regradar o espaço público. Dias depois houve a necessidade de entrar uma ambulância na Rua 5 de Outubro e não conseguiu."* Relativamente à versão final hoje apresentada referiu o Dec. Lei que regulamenta esta disposição e o artigo 11, pontos 1 e 2 e fez alusão à necessidade do regulamento ser cumprido. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros da **CDU** e do **BE**. -----

**6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Apresentada a proposta do **Presidente da Câmara**

**Municipal**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 28 de Outubro, interveio **José Manuel Modesto Dourado** que informou que o **Bloco de Esquerda** irá abster-se nesta votação e acrescentou: *"Entendo que esta questão faz sentido porque a Frusol está a ampliar as suas instalações, o que significa emprego para vários munícipes. Gostaria de fazer a ressalva que esse emprego não deverá ser precário"*. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** perguntou quais os impedimentos para que o PDM ainda não tenha sido aprovado e falou da importância da aprovação deste plano, lembrando que há mais de doze anos já colocava esta questão.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra e disse que o Dec. Lei 380 refere que a suspensão do PDM tem de ser renovada anualmente. Acrescentou que a Câmara Municipal, no âmbito da revisão do PDM, quer transformar toda essa área numa área para acolher agro – indústrias e que o PDM ainda não está aprovado porque a Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural não concorda com isso. -----





A proposta foi de seguida votada e aprovada por **MAIORIA** com a abstenção do membro do **BE**. -----

**7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS (IMT) E DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, (IMI) A FAVOR DA VRSA-SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., S.A. – RENOVAÇÃO;** - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** por aquele órgão com a abstenção do **Vereador José Cruz**, em reunião de câmara de 11 de Novembro.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta e colocou-a a discussão. -----

**José Manuel Modesto Dourado** colocou as seguintes questões: *“A SGU apregoa que a sua gestão é de excelência – se o é porque pede a isenção do pagamento destes impostos? Se a Câmara Municipal se queixa que tem falta de verbas, porque isenta a SGU do pagamento desta verba?”*-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** afirmou que a SGU está de parabéns pela gestão que faz, nomeadamente por pedir a isenção do pagamento destas taxas.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** explicou que se a Câmara detém o capital da SGU a 100%, não faz sentido que a autarquia cobre este imposto.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE** e da **CDU**. -----

**8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL COM O HORIZONTE TEMPORAL 2015/2018;** - Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos tendo em conta que o Quadro Plurianual já se encontra inserido no orçamento apresentado no ponto 4.-----

**9. APRECIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA, PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2014/2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** - Interveio **José Manuel Modesto Dourado** para manifestar que o **BE** prefere que, por uma questão de transparência e de justiça e não pondo em causa a competência do **ROC**, deve haver um concurso público. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** referiu que o artigo 77 da Lei 73/2013 diz que o auditor externo é nomeado por deliberação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo de entre os revisores oficiais de contas e afirmou: *“Daí a minha dúvida sobre o que foi dito pelo Presidente da Câmara Municipal.”* Reportou-se à intervenção efectuada noutra Assembleia para dizer que aquilo que deveria aparecer em termos de compromissos plurianuais deveria



vir acompanhado de alguma informação dos montantes a aprovar e acrescentou: *“Até à última Assembleia já votámos e foram aprovados 716.000€ de compromissos plurianuais entre Novembro de 2013 e Novembro de 2014.”* Frisou igualmente o ponto 6 da aprovação da proposta de autorização de compromissos plurianuais que afirmou respeitar à informação que deve ser apresentada com o pedido de aprovação dos compromissos e perguntou se existe alguma evolução em relação a este ponto. -----

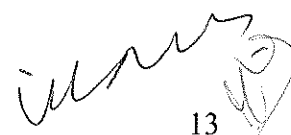
O **Presidente da Assembleia** lembrou que este ponto será apenas para conhecimento e não para decisão.-----

**10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião daquele órgão, com as abstenções dos **Vereadores David Murta e Célia Paz** e o voto contra do **Vereador José Cruz**. Apresentada a proposta pelo **Presidente da Assembleia Municipal** interveio **José Manuel Modesto Dourado** que voltou a referir que se a autarquia tem necessidade de gerar receita não deveria entregar mais uma à SGU e acrescentou: *“Parece haver um erro estratégico nesta questão porque, segundo este executivo municipal, o Centro Histórico não passa de um Centro Comercial a Céu Aberto, o que revela muito da sua ideologia, ou não fosse o PSD o partido que é. A Praça Marquês de Pombal deixou de ser um Centro Histórico porque está tapada com carrocéis e barracas, entre outros. Os visitantes de qualquer cidade que tenha Centro Histórico não gostarão de visitar os monumentos e arquitetura da cidade?”*-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** fez as seguintes alusões: *“O Centro Comercial a Céu Aberto confina em termos de dimensões às dimensões do Centro Histórico. Não se percebe se as duas são a mesma coisa. Pela primeira vez para uma coisa desta natureza faz-se um Contrato Programa. Quando foi da delegação de competências da limpeza nunca houve Contrato Programa. Este é porque a SGU vai cobrar as taxas? Como se faz a gestão da SGU? Quando é para receber dinheiro atribui-se as competências à SGU, quando é para pagar é a Câmara Municipal.”*-----

**Ricardo José Madeira Cipriano** perguntou ao **Presidente da Câmara Municipal** se a proposta de que um membro da oposição faça parte dos três membros sugeridos na câmara para a comissão de fiscalização deste Contrato Programa, descrita no seu artigo 11.º poderá ter acolhimento.-----

**Alexandre Hermínio Drago Madeira** dirigiu-se a **José Dourado** para dizer que o objectivo da Câmara Municipal não é eternizar o comércio no Centro Histórico. Reportando-se a Óbidos



referiu que também ali o comércio está a céu aberto, é conciliável com a história e atrai visitantes. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse a **Vanda Fernandes** que não tem de haver uma separação física entre o Centro Histórico e o Centro Comercial a Céu Aberto e que esta é uma simbiose perfeita que acontece em muitas cidades do país, da Europa e até do resto do Mundo.-----

**José Manuel Modesto Dourado** esclareceu que não disse que o Centro Histórico seria incompatível com a actividade comercial e assegurou: *"Parece-me, e a muitos munícipes, que o Centro Histórico está adulterado porque há predominância de actividade comercial. Além deste erro estratégico, a SGU fica com o Centro Histórico como está a ficar com outras áreas estratégicas da autarquia. É caso para perguntar se a Câmara Municipal algum dia vai ficar com alguma coisa."* -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** disse considerar necessário haver uma preocupação em relação aos mosaicos que têm sido retirados da Rua Teófilo Braga visto que alguns não foram repostos ou foram repostos com outra arquitetura. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Marco do Ó** que infelizmente já não há nenhuma empresa que produza aquele tipo de mosaico e que, actualmente, a Câmara Municipal tenta arranjar uma solução o mais neutra possível. Dirigiu-se a **José Dourado** para dizer: *"Como pode dizer que esta política é retrato do PSD? Haverá certamente pessoas com um sentido de estética e preferências diferentes. Em matéria de Património, este foi o executivo que aprovou o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, o único no Algarve até hoje aprovado. O que refere em relação à SGU é contraditório com o que refere relativamente à manutenção dos postos de trabalho já que o encerramento da SGU significaria a extinção de cerca de 100 postos de trabalho. Se não houvesse SGU nunca teria havido o programa "Jéssica". Este executivo fica na história do concelho por ter reposto a arquitectura da Praça Marquês de Pombal através da reconstrução do edifício da câmara. Hoje, a autarquia desempenha a Presidência da Assembleia Mundial da Sociedade das Cidades Iluministas pelo facto de ter optado por esta política de reabilitação do património e somos o único Centro Histórico no Algarve que desenvolveu e dinamizou o processo de reabilitação urbanística e patrimonial no âmbito do "Jéssica".* " Deu ainda exemplos de outras cidades da Europa onde também se dinamizam as praças dos centros históricos, lembrou que aquando da criação das empresas municipais, em reunião de câmara, foi proposto aos elementos dos partidos que ficassem com um

membro naquelas empresas e acrescentou: “ Tudo o que o PS pretender saber, pode perguntar em sede da empresa municipal ao seu Presidente que é o Presidente da Câmara.”

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE**, **CDU** e **PS**. Foi lida e entregue declaração de voto do **BE** e do **PSD**. A bancada do **PS** leu a seguinte declaração de voto: -----

*“O Partido Socialista, ao longo dos anos, tem vindo a alterar a sua posição face a uma série de conjugações e factores relativamente às empresas municipais. Nesta perspetiva, e atendendo a que hoje vão ser votados dois pontos, precisamente porque a informação que a bancada do PS solicita é pública e notória, este partido vê-se forçado a votar contra, uma vez que não há parecer da oposição na comissão de fiscalização do CP.”-----*

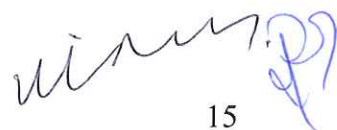
O **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou o adiantado da hora e perguntou aos membros das bancadas se existia oposição à continuidade da Assembleia. Não havendo oposição a Assembleia prosseguiu. -----

#### **11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL; -**

Presente a proposta do **Vereador João Sol Pereira**, aprovada por unanimidade em reunião de câmara de 9 de Dezembro. O **Presidente da Assembleia** colocou-a a votação, não se registando intervenções, colocou-a a votação. A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção do membro do **BE**. -----

**12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO (A) APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA; -** Presente a proposta, interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** para perguntar: “Será que até hoje não foi dada resposta às perguntas do PS? Recordo-me noutros mandatos que muitas vezes se pediam documentos que nunca chegavam às mãos de quem os pedia. Tenho-me apercebido que tem sido entregue documentação. Não me parece correcto que algum dia, e parece-me que é isso que vai acontecer, solicitem as notas ou a agenda pessoais do Presidente da Câmara. A bancada do PSD vai votar contra.” -----

**Rui João Gutierres Setúbal** expôs que houve de facto um pedido de 7 de Novembro de 2013 onde foram elencadas cinco situações – montante global de gastos, relação nominal e montante dos apoios recebidos, relação nominal dos médicos, incluindo utentes, número de intervenções realizado e montante facturado e listagem dos munícipes que beneficiaram do programa. Acrescentou ainda que: “O que foi apresentado foi uma listagem num papel A4 e num papel A3 com uma informação de pagamento de 117.834,25€ a uma empresa que se chama “Acção Delicada” e informação de quatro outras clínicas cujo valor totaliza





57.957,00€ e que beneficiaram sessenta e sete munícipes. Há indicações que não constam. Aparece também nestas folhas o primeiro e último nome dos utentes com o total pago relativo a cada utente. O que se pedia era saber o tipo de intervenções que foram feitas. Verifica-se pela análise dos dois documentos que há 175.792€ gastos neste programa mas na folha de intervenção dos utentes, o somatório atinge 57.957,75€. Daí nos considerarmos que esta não é uma resposta de acordo com o normativo legal. Estamos a falar do direito à informação que está definido na Lei.” -----

**Ricardo José Madeira Cipriano** dirigiu-se a **António Cabrita** para dizer que às vezes é preciso ter cuidado com o que se diz e referiu recordar-se de quando fez parte da Assembleia Municipal em 2001/2005 e à qual pertenciam também alguns membros presentes, que este tipo de situações também existiam e, acrescentou: “Aquilo que vocês defendem e que está nas Actas é o oposto áquilo que diz agora. Guardo todas as Actas em casa, naquele período, o **António Cabrita** perguntava ao Presidente **António Murta** se sabia quantos pregos e quantos parafusos havia na Soliva. Contabilisticamente os pregos e parafusos contabilizam-se por peso. O Sr. Presidente disse que nós temos a informação toda mas não temos, falta a resposta a alguns requerimentos. Existe outra forma de aceder aos documentos administrativos. Não percebo qual é o problema de acedermos à documentação solicitada. Já estive desse lado e às vezes é difícil defendermos coisas em que não acreditamos. Acho curioso que aquilo que os senhores defendem é completamente contraditório áquilo que defendiam em 2001/2005. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se a **Ricardo Cipriano** afirmou: “Se me está a chamar catavento, eu não sou. Convido o senhor deputado e a deputada **Luisa Currito** a virem ao meu gabinete. Terei todo o gosto em dar explicações e a documentação toda que precisarem. Não há nada a esconder na Câmara Municipal.” -----

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra do **PSD** registando-se a ausência de **António Manuel Cipriano Cabrita**. -----

### **13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO (B) APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA;**

- Presente a proposta interveio **Rui João Gutierres Setúbal** para mencionar que os motivos desta proposta são os mesmos da anterior. Nomeou algumas pessoas da lista e a tipologia dos apartamentos atribuídos e informou que aquilo que se pedia era a relação nominal dos candidatos à habitação social, à data de 31 de Agosto de 2013, com a identificação da posição relativa em que cada requerente se encontrava nos termos do regulamento de candidatura e de apoio social em vigor no município bem como





os critérios subjacentes à classificação e perguntou: *"Onde é que estão os candidatos aqui? Só havia estes?"*. Referiu de seguida que no pedido constavam alguns itens relacionados com tipologia, composição do agregado familiar, entre outros, que na resposta consta apenas o nome "Carla Duarte" e que com este nome não existe só uma pessoa no mundo e concluiu: *"Daí a razão porque nós consideramos que esta não é a resposta requerida".*-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** disse: *Eu acho que chega a ser ridículo este processo de intenções, porque isto é pôr na praça pública a vida das pessoas. Isto é falta de consideração por quem governa. Parece-me extremamente incorrecta a insistência quando já vos foi dada resposta.*"-----

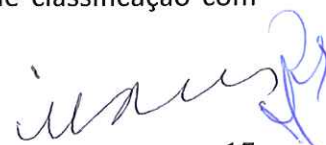
**Luis Manuel da Rosa Fernandes** afirmou que a informação solicitada não tem a ver com a vida pessoal de ninguém, que são documentos necessários para verificar um processo que seja transparente e acrescentou: *"Quero lembrar que quando o PSD estava na oposição também existiam pedidos, levavam os dossiers e viam-nos. Quando o Presidente actual era Vereador via os documentos e ninguém lhe dizia nada. Não estou a perceber."*-----

Voltou a intervir **Rui João Gutierres Setúbal** para dizer: *"Ninguém está a pedir nada da vida privada de ninguém. Existe informação, pode e deve ser pedida pelos deputados municipais. Isto só é trazido a praça pública porque o PSD recusa dar a informação. Aquilo que aqui está é informação filtrada de acordo com aquilo que vos interessa. Nós temos o direito à informação."*-----

**Miguel Moreira da Costa** transmitiu que na sua opinião existem assuntos que entram na área do sigilo, precisamente a assistência social e aludiu: *"O solicitado é como se as pessoas tivessem de expor toda a vida pessoal de quem requer uma casa ou a assistência médica. O Socialismo, muitas vezes, entende que se deve pôr na praça pública e sobre a autoridade pública, aquilo que entra em questões pessoais e privadas. Penso que isto mereceria um pouco da vossa reflexão e do vosso pensamento. Aquilo que se está a pedir entra numa área do sigilo."*-----

**Ricardo José Madeira Cipriano** referiu: *"Aquilo que foi dito agora foi muito sério. Aquilo que o PS solicitou diz respeito à acção social, mas houve outros pedidos que em nada dizem respeito à acção social"*. Dirigiu-se a **Miguel Costa** para dizer: *"Que fique claro que aquilo que o PS pede, não é aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer. Se há aqui processos de intenções hoje, esse é um deles."*-----

**Rui João Gutierres Setúbal** disse ainda que os procedimentos relativos à atribuição de habitação social era a afixação no átrio da Câmara Municipal da lista de classificação com



uma lista de prioridades em função do relatório social, fundamentando a tipologia entregues através de vários itens e que, na sua opinião, isto não é vergonhoso, é a justificação das atribuições.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a lista dos quarenta fogos atribuídos com o apoio ao arrendamento da Câmara Municipal foi aprovada na Câmara Municipal e na última Assembleia Municipal antes das eleições em 2013 e que esta informação consta nas Actas, bem como os critérios e os dados das famílias e informou: *“Todas as outras casas não obrigam a este tipo de procedimentos porque não são do Município. São do IHRU, da Caixa Geral de Depósitos e do Fundo Norfim. A Câmara Municipal fez apenas de facilitador para dar acesso à lista de nomes.”* A **Rui Setúbal** disse: *“O que disse é uma contradição porque está-nos a pedir tantos dados quando diz que não quer ter acesso a informação completa sobre as pessoas. A Câmara Municipal vai estar sempre atenta áquilo que são dados da esfera privada do cidadão. Ninguém tem de saber na praça pública a vida das pessoas que até de uma forma envergonhada vêm pedir apoios à autarquia. Enquanto governarmos daremos sempre primazia à dignidade das pessoas, salvaguardando-as e respeitando as condições sociais e lamentáveis em que muitas pessoas do concelho ainda vivem.”*-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação e a mesma **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD**.-----

**14. MOÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015;** - O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **CDU**. -----

Interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** para dizer: *“Vamos votar contra esta e a outra moção. São assuntos que já foram à Assembleia Intermunicipal e só serve para a CDU dizer que produz grandes documentos. Estas moções, por nós, são rejeitadas.”*-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou, dado o adiantado da hora, se a CDU queria mesmo ler a proposta ou se resumiria o texto da mesma. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** referiu que a proposta foi enviada por correio electrónico aos membros da Assembleia durante a tarde, o que implica falta de tempo para uma leitura adequada e acrescentou: *“Se o Presidente da Mesa ou o deputado Cabrita já leram as propostas noutras instâncias, isso não impede os outros deputados de ouvirem o que diz a proposta.”* -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** leu a proposta. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** comentou que a CDU é uma coligação entre o PCP e o Partido Ecologista Os Verdes e perguntou: *“Será que os Verdes têm conhecimento da*



quantidade de árvores abatidas para as moções que o Partido Comunista a toda a hora faz?"-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse: "Há aqui um elemento bastante estranho, esta moção que aqui se apresenta é uma defesa das condições em que o poder local está a viver, das dívidas e dos encargos que tem. O PSD rejeita a proposta, não está a defender o poder local e vai dizer que não a aprova pelos conteúdos. Isto é uma contradição e uma incongruência que não se percebe."-----

**Ricardo José Madeira Cipriano** afirmou que são aqui apresentados uma série de factores que mais que a sua leitura têm que obedecer a uma análise cuidada que o PS neste momento não consegue fazer. Informou que **Luisa Currito** teve acesso a estas moções na Assembleia Intermunicipal mas os outros elementos só tiveram acesso tardiamente, por volta das dezassete horas de hoje. -----

**Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro** confirmou o acesso às moções através da Assembleia Intermunicipal e disse: "Vou-me solidarizar com os membros da minha bancada e não votarei."-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que as moções chegaram em tempo útil, por mail, no dia 23 de Dezembro às 23h24 mas os serviços da Assembleia e da autarquia estiveram encerrados nos dias 24 e 25 e por isso as moções só foram reencaminhadas aos membros da Assembleia hoje. Dirigiu-se aos membros da CDU para perguntar se, tendo em conta estas questões, querem retirar as moções e trazê-las à próxima Assembleia. -----

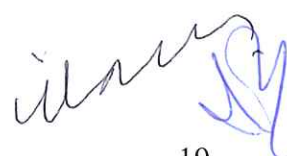
Ao **Presidente da Assembleia**, **Vanda Fernandes** declarou que em Fevereiro, na próxima Assembleia, as moções já não farão sentido. -----

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD** e a ausência dos membros do **PS**.-----

**15. MOÇÃO SOBRE O FIM DAS PORTAGENS NA VIA DO INFANTE;** - Presente a proposta da **CDU**, **Vanda Fernandes** leu a moção. -----

**José Manuel Modesto Dourado** disse que não deixa de ser curioso lembrar que o **BE** apresentou há uns meses atrás uma moção contra as Portagens na Via do Infante e que essa moção foi aprovada por unanimidade com a excepção do voto de **António Cabrita** que se ausentou da sala. -----

**Marco Aurélio Vilanova do Ó** informou que as moções foram enviadas em PDF para a Assembleia Municipal e que não havia necessidade de serem impressas. Acrescentou ainda



que desconhece o protocolo mas que, a imagem que fica do decorrer da Assembleia é negativa porque muitos membros se ausentam durante os debates. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** explicou que necessita, tendo em conta um problema de saúde, de levantar-se algumas vezes quando as Assembleias se prolongam por muito tempo. -----

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do PSD e a ausência dos membros do PS. -----

**16. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Foi apreciado o Relatório não se registando pedidos de intervenção. -----

Passou-se ao **Período de intervenção do público**, registando-se a intervenção da munícipe **Celeste Santos** que disse ter vivido grande parte da sua vida em casas de habitação social neste concelho, que a família concorreu várias vezes a essas habitações e que os resultados nunca foram afixados. Perguntou se no ano passado, as 40 casas que foram atribuídas, de noite, em vésperas das eleições autárquicas, foram alugadas pela Câmara Municipal para depois esses munícipes as receberem. -----

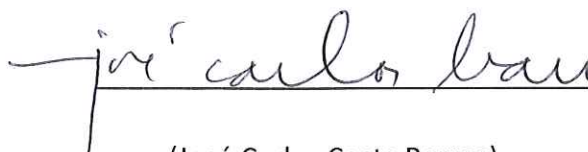
O **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para afirmar: *“Esta é uma intervenção política, apesar da senhora não ter mandato político para interpolar politicamente o Presidente da Câmara. Considero que a munícipe percebeu mal aquilo que eu disse. Estas casas são diferentes das anteriores que a senhora referiu. Estas casas não são da Câmara Municipal, resultam de um acordo tripartido para promover o financiamento ao arrendamento”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a minuta da Acta desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou os trabalhos, pela uma hora e dez minutos. -----

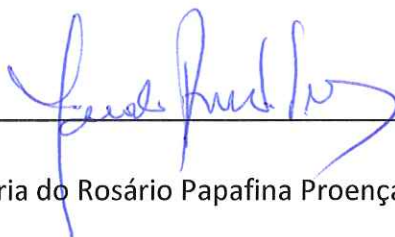
O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário



(José Carlos Costa Barros)





(Maria do Rosário Papafina Proença)





Ponto 4

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSUNTO: Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2015

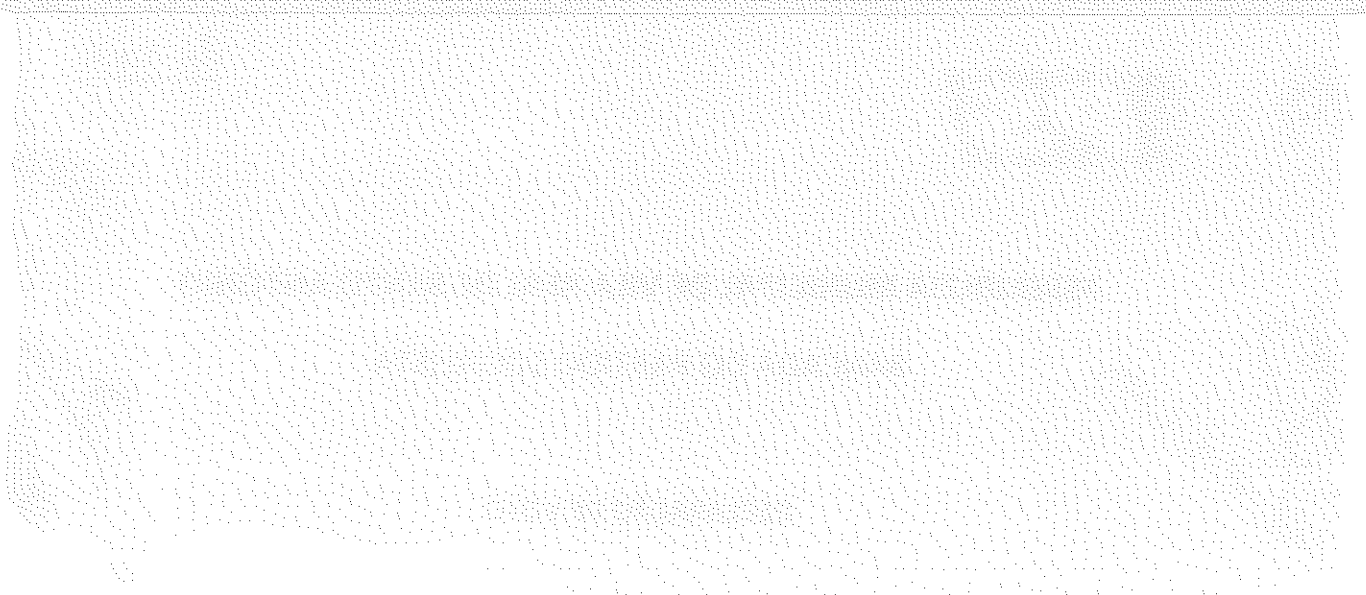
No orçamento municipal para 2014, a bancada do PS entendeu, que face ao contexto económico que se vivia, e por uma questão de responsabilidade política, não votar contra a proposta de orçamento apresentada pelo executivo PSD.

- Estava então em causa dar um apoio informal ao executivo PSD, de forma a ultrapassarmos as dificuldades financeiras da autarquia, subjacentes na necessidade de recorrer ao PAEL e ao PRF, para pagar o elevado montante de dívida acumulado nos seus 2 primeiros mandatos do executivo do PSD e que estava a pôr em causa o funcionamento do município e a vida de muitas pessoas, empresas e instituições do concelho.

- Apoio informal, esse, consubstanciado pela posição de voto assumida pela bancada do PS nas próprias propostas de aprovação dos contratos de empréstimo inerentes ao PAEL e ao PRF.

- Verificamos no entanto, que volvido 1 ano e depois de tantos esforços que a população, empresas e instituições do concelho estão a fazer, o município vê-se na eventual necessidade de **recorrer ao FAM (Fundo de Apoio Municipal)**, com uma verba de 14.400,000€.

- Ora esta eventual necessidade, é bem demonstrativa que o plano de contenção financeira tão publicitado pelo executivo PSD não está a resultar e que a má gestão



THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS



financeira prossegue, a tal ponto, que nos encontramos incluídos no pequeníssimo lote dos piores municípios em Portugal relativamente à matéria em questão.

Face ao exposto, e por entender que a proposta de orçamento para o ano económico de 2015 nada aponta em termos estratégicos para o desenvolvimento económico do concelho, a bancada do PS entende que não pode acompanhar o executivo PSD no orçamento agora apresentado, pelo que vota **Contra**

Vila Real de Santo António, 29 de Outubro de 2014

**Os Deputados Municipais**

*Handwritten signatures in blue ink:*  
V. J. Costa  
M. A. C. / O  
Luis R. Rosa Fernandes  
J. M. F. M. A. R. R.







**Bloco de Esquerda**

**Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António**

*[Handwritten signature in black ink]*  
*[Handwritten signature in blue ink]*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Assunto:** *Apreciação e votação do orçamento municipal para o ano económico de 2015.*

O orçamento apresentado pelo executivo municipal para o ano de 2015 continua a ser, como o de 2014, o orçamento das restrições e da máxima austeridade imposta pelo programa de apoio a que o município recorreu. Tal significa, nomeadamente, a aplicação das taxas máximas nos vários impostos municipais e a necessidade de contenção de despesa com pessoal. Tal significa uma corrente à volta do pescoço dos munícipes vila-realenses durante duas décadas. Como se tudo isso não bastasse, eis que o orçamento contempla um novo pedido de empréstimo ao Fundo de Apoio Municipal, de cerca de 14 milhões de euros. Ou seja, mais dívida acumulada e mais dívida para pagar.

O próprio executivo municipal o disse: a autarquia sente-se como um doente terminal. Vila Real de Santo António parece ter um futuro, à semelhança do próprio país: a dívida incessante, castradora e impagável.

Perante este grave cenário, o Bloco de Esquerda vota contra este orçamento municipal.

Vila Real de Santo António, 29 de Dezembro de 2014

*[Handwritten signature in blue ink]*

(José Dourado)



1944-1945

1944-1945



## DECLARAÇÃO DE VOTO

O orçamento para o ano de 2015 proposto pela maioria PSD volta a ser classificado como orçamento de base zero, ou seja, sem qualquer crescimento, como alias o será nos próximos 20 anos se o povo português não colocar um travão a esta politica de espoliação dos recursos nacionais e locais, levada a cabo, primeiro com os PEC e depois por indicação da Troika estrangeira, que aterrou em Portugal pelas mãos do PSD, do CDS e do PS.

Este grave atentado à soberania de Portugal é consequência das políticas dos governos de direita, aceites em Vila Real de Santo António, ao longo dos anos pelas câmaras municipais do PSD e do PS.

Este orçamento tem o estigma desta política.

Tem subjacente o compromisso da arrecadação em cada ano, nos próximos 20 anos, de 25 milhões de euros, levando todas as taxas, licenças, bens e serviços prestados à população para os limites máximos de cobrança, impostos pela adesão ao PAEL e ao plano de empréstimos a médio e longo prazo, para tentar colmatar com o sacrifício de atuais e futuras gerações os gastos enormes que o desnorte despesista impôs ao concelho.

Neste orçamento prossegue a mesma política como adiante se verá.

Apesar do grande sacrifício imposto aos vila-realenses, nos últimos dois anos o desvio da receita das metas alcançadas é bastante acentuado, o que não augura nada de bom para o futuro.

Os 44 milhões de receitas previstas para 2015, 4,5 milhões ainda provinham do empréstimo do PAEL que foram mandados retirar pela DGAL por corresponderem ao montante da 3ª tranche do PAEL, já libertada e com faturação paga e em que os 14,4 milhões são, pasme-se, dum empréstimo a que o PSD disse que não pensava recorrer, mas que aparece no orçamento. Agora depois da DGAL o orçamento contém um abatimento na receita de 19,9 milhões que estavam no orçamento anterior sob a forma de pedido de apoio ao FAM, 14,4 milhões e da 3ª tranche do PAEL 4,5 milhões, sendo esta substituída por uma verba de 19,016 milhões em passivos financeiros que não menciona expressamente este mecanismo, embora PSD manifeste a vontade de envolver a CM neste mecanismo de financiamento. Pelas medidas ainda mais redutoras da autonomia financeira do município que este empréstimo comporta, confirmam-se as mais graves expectativas sobre o afundamento financeiro a que está a chegar.

A câmara municipal desfez-se de edifícios e vai pagar em 2015, 3,3 milhões de euros de locação imobiliária. Nesta fase tão crítica tem orçamentados quase um milhão de euros para pagar a consultores e projetistas e quase um milhão para congressos e exposições. Mais três



milhões são para empresas municipais e intermunicipais, 5 milhões para amortizações e juros e uma outra verba de 1,5 milhões de euros sem definição, ficando o restante para pagar ao pessoal e fazer alguma manutenção de infraestruturas e pequenas obras.

Não existe qualquer alteração para melhor, antes pelo contrário para alterarmos o nosso sentido de voto, pois toda a documentação apresentada continua dentro da mesma lógica de gestão conduzida pelo PSD, que tem absolutizado a dívida do município, lançando o onus sobre as futuras gerações de Vila Realenses.

Não concordamos com o aumento de 1% nas taxas, pois a manutenção dos preços é uma prerrogativa da competência municipal e poderia ser aproveitada a oportunidade para ajudar a aliviar a carga fiscal aos munícipes e as taxas praticadas por este município já são das mais elevadas do País

Não concordamos que seja a SGU a ter a competência de gestão de licenciamento, cobranças de taxas e definição urbanística do centro histórico

A SGU parece estar em contraciclo da miséria franciscana em que a câmara municipal vai vegetar por vontade do PSD.


Reforça o seu papel de instrumento da maioria política que governa a autarquia, estrutura medidas estratégicas, reorganiza-se em unidades estruturadas, como a novel Unidade do Território no sentido de aplicar à coisa pública medidas de carácter economicista e longe da fiscalização permanente de todo o executivo. A oposição apenas conhece as medidas quando elas já produziram efeitos jurídicos.

Elabora um comportamento orientado para a estruturação de parcerias, trata os utentes dos serviços públicos como clientes, propõe-se dar ao complexo municipal uma imagem corporativa e uma utilização que fica só ao alcance de quem tem dinheiro, intervir no ordenamento do território nos planos para o litoral e para a frente ribeirinha e gerir a propriedade municipal.

Por todos estes motivos o voto da CDU só pode ser contra a execução deste plano que mais parece, pelo lado da SGU, o do conselho de administração de uma empresa privada, e pelo da câmara municipal, o de um canalizador das receitas municipais para esta política, disfarçada com alguma intervenção assistencialista, destinada a limar as arestas do descontentamento

Vila Real de Santo Antonio,

Os Eleitos da CDU

  
Paulo Leonardo  
Presidente da CDU Vila Real  
Câmara Municipal de Vila Real

**Bloco de Esquerda****Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António****DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Assunto:** *Apreciação e votação do contrato-programa de gestão do centro histórico de Vila Real de Santo António.*

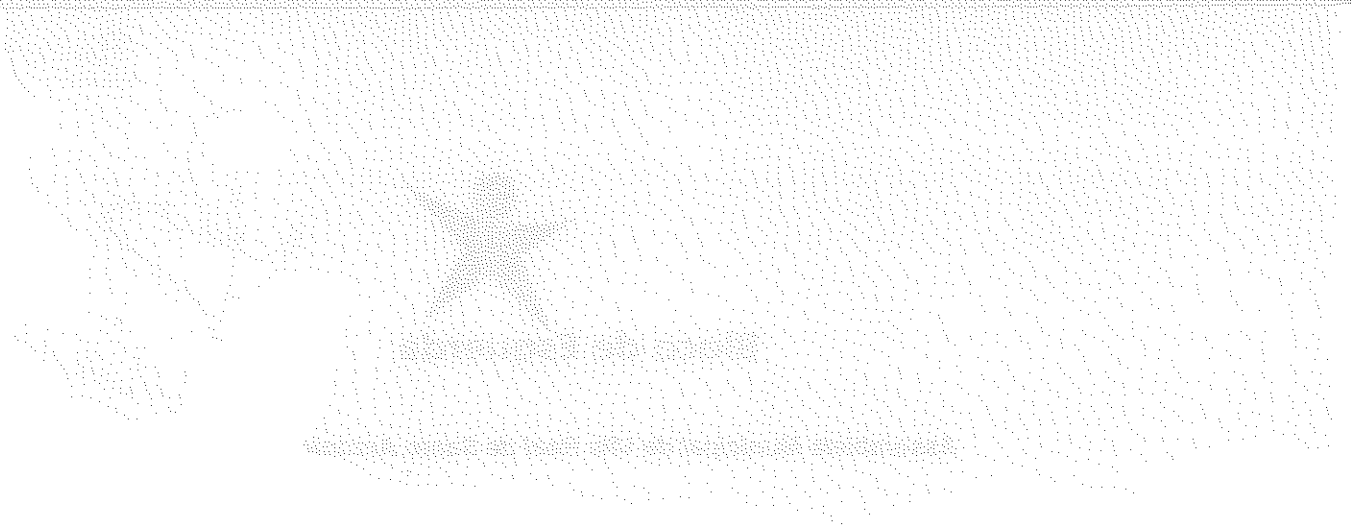
A acumulação de competências por parte da empresa municipal SGU é preocupante e aberrante. Limpeza urbana, gestão de estacionamento automóvel, gestão do centro histórico, etc. Ao mesmo tempo que acumula competências que deveriam ser da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, acumula também dívida e passivo.

A VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A., à semelhança de tantas outras empresas municipais espalhadas pelo país, e que tantos desastres financeiros têm provocado em diversas autarquias, é o espelho de uma ideologia política que reflete uma determinada forma de entender e de gerir um município, ou seja, numa lógica mercantilista e que tende para a privatização das suas áreas estratégicas.

Contra esta ideologia de retirar da esfera do público para entregar ao privado, o Bloco de Esquerda não cessará de combater, e no caso particular de gestão do centro histórico - entendido como um "centro comercial a céu aberto" - entregue à SGU, o Bloco de Esquerda declara o seu voto contrário.

Vila Real de Santo António, 29 de Dezembro de 2014

(José Dourado)



www.ck12.org

Copyright © 2012 Cengage Learning. All Rights Reserved. May not be copied, scanned, or duplicated, in whole or in part. WCN 02-200-203

Page 1

1



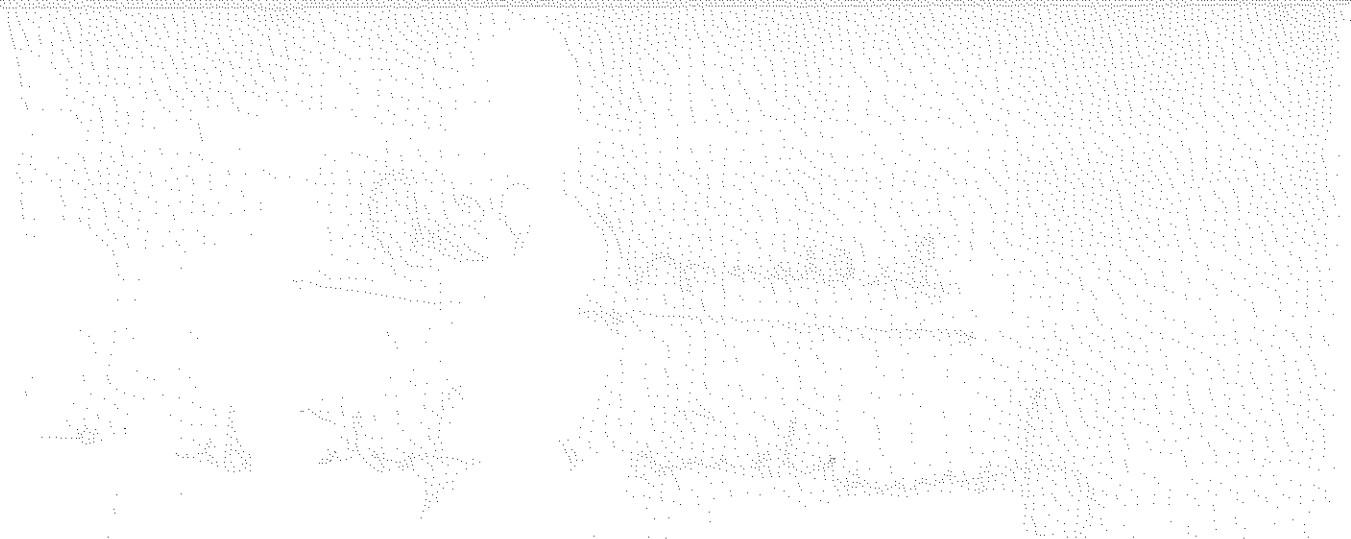
# Declaração PSD

Juntamos o facto de a  
opinião sobre a dinamização  
do Conselho local, os valores  
e princípios de instrumentos que  
Acreditamos a gestão do Conselho  
Aprender

1ª da bancada PSD

29/12/14

  
Alexandre Jorge  
  
Alípio  
  
J. L.  
  
  
  
  
Lúcia



Handwritten text, possibly a title or description, in a cursive script. The text is faint and difficult to read, but appears to be a single line.

Handwritten text, possibly a paragraph or a list of items, in a cursive script. The text is faint and difficult to read, but appears to be a single line.

Handwritten text, possibly a paragraph or a list of items, in a cursive script. The text is faint and difficult to read, but appears to be a single line.

Handwritten text, possibly a paragraph or a list of items, in a cursive script. The text is faint and difficult to read, but appears to be a single line.

Handwritten text, possibly a paragraph or a list of items, in a cursive script. The text is faint and difficult to read, but appears to be a single line.